

Designa Comissão Especial de Avaliação, Classificação e Desfazimento de Patrimônio pertencente a DRF/CGE/MS, de acordo com o Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018. Processo nº 10265.464379/2024-19.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPO GRANDE/MS, no uso das atribuições que lhe conferem o § 1º, do artigo 364, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020 e, tendo em vista as determinações contidas no Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018, publicado no Diário Oficial da União de 14 de maio de 2018 e na Portaria RFB nº 1.943, de 26 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 30 de julho de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores relacionados no Anexo Único desta Portaria para sob a Presidência do primeiro e, nos seus impedimentos, sob a Vice-Presidência do segundo, comporem a Comissão Especial de Avaliação, Classificação e Desfazimento de patrimônios pertencentes a DRF/CGE/MS, conforme processo nº 10265.464379/2024-19.

Art. 2º Todas as deliberações da Comissão Especial deverão ser realizadas com a participação mínima de 03 (três) integrantes.

ZUMILSON CUSTODIO DA SILVA

ANEXO ÚNICO

Servidor	Unidade	Matrícula SIAPE	Função
Raphael Mestre Lemos	DRF/CGE/MS	1286052	Presidente
Nivaldo Mendes	ALF/MNO/MS	1181172	Presidente Substituto
Jakson Honorato Cardoso	ALF/MNO/MS	1267643	
Raimundo Nonato Vidal Barros	SRRF01	0094122	

RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 2ª REGIÃO FISCAL

PORTARIA SRRF02 Nº 741, 7 DE NOVEMBRO DE 2024

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 2ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI do art. 359 e os incisos II e III do art. 364 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial – Seção Extra de 27 de julho de 2020, e considerando, também, o disposto no inciso III do art.104 c/c Art. 117 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 e na Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 25 de maio de 2017 e suas alterações:

RESOLVE:

Art. 1º – Designar CLEBER JUNIO GALUCIO SOUSA, Requisitado/Nomeado para Função, matrícula Siape nº 1284644, e, no seu afastamento ou impedimento, FRANCISCO MARÇAL DA SILVA,

Administrativo, matrícula Siape nº 0099152, para exercerem as funções de Fiscais Técnicos – Titular e Substituto, para acompanharem a execução do Contrato Administrativo Nº 42/2024, celebrado entre a União, por intermédio da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 2ª Região Fiscal – SRRF02 e a empresa MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA – CNPJ nº 05.926.726/0001-73, processo nº 10280.726.744/2024-98, cujo objeto do presente instrumento é a contratação de serviços continuados de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica em elevadores; incluindo o fornecimento de peças, componentes, insumos e atendimento emergencial, do Complexo Fazendário da Receita Federal do Brasil em Manaus/AM, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Art. 2º – Para fins desta portaria considera-se:

I. Atividades de Fiscalização técnica: acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado.

Art. 3º – São atribuições dos fiscais técnicos, sem prejuízo do disposto na IN SEGES nº 05/2017:

I. Executar as atividades de fiscalização do contrato, coordenando e comandando o processo de fiscalização da execução contratual;

II. Informar à Administração sobre eventuais vícios, irregularidades ou baixa de qualidade dos serviços prestados pela contratada, propor soluções para regularização das faltas e problemas observados e sanções que entender cabíveis, de acordo com as disposições contidas na Instrução Normativa Seges/MPDG nº 05/2017, especialmente os artigos da Seção III e o Anexo VIII, no que couber;

III. Emitir relatórios de fiscalização, bem como preencher o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) quando solicitado, instruindo o processo de pagamento com a Nota Fiscal ou Fatura e os demais documentos comprobatórios da prestação dos serviços.

Art. 4º – Havendo ausência, desligamento ou afastamento extemporâneo ou definitivo dos fiscais e seus substitutos, até que seja providenciada a indicação, a competência de suas atribuições, incluindo a realização do recebimento provisório, caberá ao responsável pela unidade.

Art. 5º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Boletim de Serviços da RFB.

JOSÉ PEREIRA DE BARROS NETO

PORTARIA SRRF02 Nº 742, 7 DE NOVEMBRO DE 2024

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 2ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI do art. 359 e os incisos II e III do art. 364 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial – Seção Extra de 27 de julho de 2020, e considerando, também, o disposto no inciso III do art. 104 c/c Art. 117 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 e na Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 25 de maio de 2017 e suas alterações:

RESOLVE: